

Marcílio pede apoio para reduzir

Bangcoc — Empenhado em criar as condições financeiras e políticas que levem o País a adotar um plano de estabilização econômica para valer, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, pediu o apoio dos governos dos países industrializados para uma rápida conclusão da negociação de um acordo de redução da dívida externa com os bancos internacionais. Num discurso ao comitê interino do Fundo Monetário Internacional e em encontros com representantes de países ricos, Marcílio deixou claro que quer fechar o acordo com os bancos o mais brevemente possível. Ele enfatizou que opera, nos entendimentos com os bancos, com uma margem de manobra extremamente reduzida.

Embora persistam fortes dúvidas sobre se as medidas de ajuste que o Governo se dispõe a adotar sejam suficientes ou cheguem a tempo para restaurar um mínimo de confiança e evitar a hiperinflação, a mensagem do ministro parece estar sendo bem recebida. Um alto funcionário francês, que falou à **Agência Estado** com a condição de não ser identificado, disse que o governo de Paris está bem impressionado com o desempenho da equipe econômica e pretende apoiar a posição brasileira junto aos bancos. No sábado, o vice-presidente do Banco Mundial, Shahid Husain, havia expressado sua confiança em Marcílio

lio e elogiara a qualidade profissional de seu time de assessores.

Em busca de suporte semelhante, Marcílio pretende tomar o café da manhã com o subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, e manter outros contatos com representantes de países industrializados, ao longo do dia.

Cenário — Um assessor do ministro disse que a aposta de Marcílio e de sua equipe é de que, a partir dos sinais de disposição de apoio colhidos em Bangcoc, uma sucessão de eventos previstos para as próximas semanas ampliem o espaço político para as reformas estruturais que o País vem adiando há anos. Num Cenário ideal, a privatização da Usiminas seria seguida pela conclusão do acordo com o FMI em nível de **staff**, e, logo depois, a venda da Celma, uma fábrica de motores e autopeças sob controle oficial. Em seguida, viria o acordo com os bancos, a aprovação do programa brasileiro pela diretoria do FMI, em dezembro, e a rolagem da dívida oficial.

O ministro da Economia disse que espera ter a reforma tributária aprovada antes de o **board** do FMI aprovar o programa brasileiro. "Mas se isso não for possível, usaremos outros instrumentos para fazer o ajuste fiscal necessário e atingir os objetivos de redução do Déficit público nos 20 meses de duração do empréstimo

(um superávit primário de 2,4 por cento do PIB em 1992 e pelo menos quatro por cento em 1993)".

Sobre as negociações da dívida, o ministro confirmou que o Governo aceitou sugestão do Comitê dos Bancos Credores de acrescentar uma sexta alternativa do pacote que ofereceu — que permitirá aos credores interessados capitalizar os juros que não forem pagos nos primeiros anos do acordo, sem a necessidade de comprarem um novo título da dívida. A introdução dessa alternativa se daria por uma emenda nos contratos existentes. Ela foi incluída para atender primordialmente os credores alemães, que, por definição, são contrários a esquemas de redução de dívida.

O presidente do Commerzbank, Martin Kohlhaussen, disse ontem que um país rico e orgulhoso como o Brasil não deveria pedir perdão de uma parcela de sua dívida aos bancos porque isso acabará se refletindo no custo do dinheiro que o país pagará no mercado voluntário de capitais. O caso do México, no entanto, desmente a tese do banqueiro alemão, que está preocupado, na verdade, em evitar que os esquemas de redução de dívidas a bancos privados na América Latina sejam usados como precedente na Europa do Leste e na União Soviética, onde o risco da banca alemã é enorme.

CORREIO BRAZILIENSE

dívida